

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL

ANO DE

2023

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CEDOFEITA

MORADA: Rua da Torrinha, 128

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Cedofeita

CODIGO POSTAL: 4050-609

CONCELHO: Porto

(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

DATA: Porto,

14 de maio 2024

David Ferreira

João Almeida Pais Ferreira

António José Luís Gomes

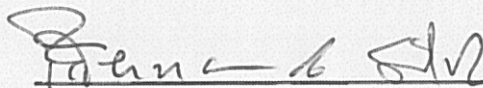
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CEDOFEITA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

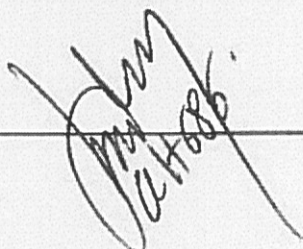
Contribuinte : 500746583
Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	11 006,29	12 673,43
Investimentos financeiros	11.14	4 721,92	4 518,35
		15 728,21	17 191,78
Ativo corrente			
Inventários	6	2 591,66	2 324,01
Créditos a receber	11.1	899,83	1 028,38
Estado e outros entes públicos	11.7	409,11	1 463,46
Diferimentos	11.3	1 483,92	1 369,48
Outros ativos correntes	11.2	5 576,02	8 088,83
Caixa e depósitos bancários	11.4	25 332,45	59 067,54
		36 292,99	73 341,70
Total do ativo		52 021,20	90 533,48
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	11.5	-158 639,94	-797 334,95
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.5	0,00	2 946,33
		-158 639,94	-794 388,62
Resultado líquido do período		-7 475,37	638 695,01
Total dos fundos patrimoniais		-166 115,31	-155 693,61
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5	125 000,00	130 000,00
		125 000,00	130 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11.6	13 133,68	18 966,14
Estado e outros entes públicos	11.7	8 331,47	15 790,69
Diferimentos	11.3	6 995,97	10 800,49
Outros passivos correntes	11.8	64 675,39	70 669,77
		93 136,51	116 227,09
Total do passivo		218 136,51	246 227,09
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		52 021,20	90 533,48

A Direção

O Contabilista Certificado





CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CEDOFEITA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

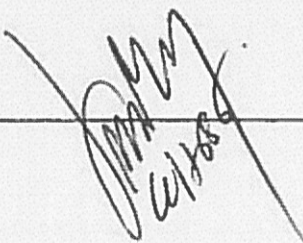
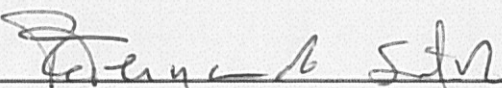
Contribuinte: 500746583

Moeda: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 023	2 022
Vendas e serviços prestados	7	398 491,82	383 445,90
Subsídios, doações e legados à exploração	11.9	293 549,50	270 313,68
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-89 877,59	-84 061,22
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-280 459,92	-253 056,10
Gastos com o pessoal	9	-329 253,09	-339 811,01
Aumentos/reduções de justo valor	11.13	0,00	8,29
Outros rendimentos	11.11	6 673,15	675 851,12
Outros gastos	11.12	-653,95	-5 082,19
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1 530,08	647 608,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-5 945,29	-8 913,46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-7 475,37	638 695,01
Resultados antes de impostos		-7 475,37	638 695,01
Resultado líquido do período		-7 475,37	638 695,01

A Direção

O Contabilista Certificado



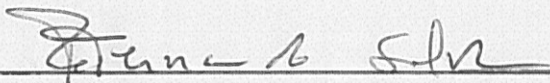
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CEDOFEITA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

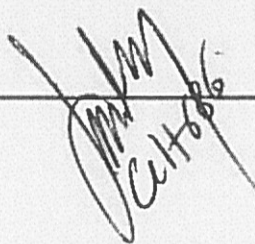
Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método			
Recebimentos de Clientes e Utentes		397 320,37	386 614,41
Pagamentos a fornecedores		-365 307,55	-330 953,54
Pagamentos ao pessoal		-219 977,48	-349 245,85
Caixa gerada pelas operações		-187 964,66	-293 584,98
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		146 918,99	157 356,18
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-41 045,67	-136 228,80
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-4 278,15	-5 338,33
Investimentos financeiros		-275,81	-781,12
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-4 553,96	-6 119,45
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	136 000,00
Doações		16 864,54	8 889,88
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-5 000,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		11 864,54	144 889,88
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-33 735,09	2 541,63
Caixa e seus equivalentes no início do período		59 067,54	56 525,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	25 332,45	59 067,54

A Direção

O Contabilista Certificado





Centro Social Paroquial de CEDOFEITA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 500746583

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Estrutura Residual	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	PERÍODOS	
					2023	2022
Vendas e serviços prestados		365 516,37	10 981,33	21 994,12	398 491,82	383 445,90
Custo das vendas e dos serviços prestados		-242 909,48	-56 384,34	-119 836,86	-419 130,68	-423 872,23
Resultado Bruto		122 606,89	-45 403,01	-97 842,74	-20 638,86	-40 426,33
Outros Rendimentos		147 016,59	26 514,85	126 691,21	300 222,65	946 173,09
Gastos administrativos		-235 592,74	-12 710,28	-38 102,19	-286 405,21	-263 406,26
Outros Gastos		-539,95	-8,28	-105,72	-653,95	-3 645,49
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		33 490,79	-31 606,72	-9 359,44	-7 475,37	638 695,01
Resultado antes de impostos		33 490,79	-31 606,72	-9 359,44	-7 475,37	638 695,01
Resultado líquido do período		33 490,79	-31 606,72	-9 359,44	-7 475,37	638 695,01

A Direção

O Contabilista Certificado

Francisco Silva

Francisco Silva

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CEDOFEITA

**Anexo às Demonstrações Financeiras
2023**



Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação.....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	9
5	Custos de Empréstimos Obtidos	9
6	Inventários	9
7	Rendimentos	10
8	Subsídios e outros apoios das entidades públicas	10
9	Benefícios dos empregados	11
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
11	Outras Informações	11
11.1	Créditos a receber	11
11.2	Outros ativos correntes	11
11.3	Diferimentos	12
11.4	Caixa e Depósitos Bancários	12
11.5	Fundos Patrimoniais.....	12
11.6	Fornecedores	12
11.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	13
11.8	Outros Passivos Correntes.....	13
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração	13
11.10	Fornecimentos e serviços externos.....	14
11.11	Outros rendimentos	14
11.12	Outros gastos.....	14
11.13	Aumentos / reduções de justo valor.....	14
11.14	Investimentos Financeiros	15
11.15	Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	15
11.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

1 Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de Cedofeita é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº50 de 1 de março de 1991.

Tem sede na Paróquia de Cedofeita, cidade do Porto.

Visa contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, num espírito de solidariedade humana, cristã e social, propondo-se criar e manter, entre outras, atividades de: assistência à 1ª e 2ª infâncias, apoio a jovens, assistência à população que dela necessitar, apoio à terceira idade e à população ativa.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015 de 2 de junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.3 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

3.2.4 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os "Créditos a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Os "Financiamento Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2022	Adições	Regularizações	31-12-2023
Edifícios e Outras Construções	0,00			0,00
Equipamento Básico	167 655,78	4 278,15		171 933,93
Equipamento Transporte	29 463,17			29 463,17
Equipamento Administrativo	15 108,27			15 108,27
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6 407,67			6 407,67
Ativo Tangível Bruto	218 634,89	4 278,15	0,00	222 913,04
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	0,00			0,00
Equipamento Básico	159 533,88	2 669,53		162 203,41
Equipamento Transporte	26 516,84	2 946,33		29 463,17
Equipamento Administrativo	15 108,27	0,00		15 108,27
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 802,47	329,43		5 131,90
Depreciações Acumuladas	205 961,46	5 945,29	0,00	211 906,75
Ativo Tangível Líquido	12 673,43	-1 667,17	0,00	11 006,29

5 Custos de Empréstimos Obtidos

O Centro Social e Paroquial de Cedofeita obteve da Paróquia de Cedofeita financiamento para fazer face aos investimentos efetuados no Lar de S. Martinho.

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Financiadores						
Paróquia de Cedofeita	0,00	125 000,00	125 000,00	0,00	125 000,00	125 000,00
Particular	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	5 000,00
Total	0,00	125 000,00	125 000,00	0,00	130 000,00	130 000,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2023	2022
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 591,66	2 324,01
Total	2 591,66	2 324,01

PF.

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2023	2022
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	2 324,01	1 466,46
Compras	73 364,71	72 138,60
Doações	16 780,53	12 780,17
Saldo Final	2 591,66	2 324,01
Gastos do Período	89 877,59	84 061,22

7 Rendimentos

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2023	2022
Prestação de Serviços	398 491,82	383 445,90
Quotas do Utilizadores	398 491,82	370 645,90
Despesas higiene/farmácia	0,00	12 800,00
Outros Rendimentos e Ganhos	3 326,82	398,66
Rendimentos suplementares	3 326,82	398,66
Total	401 818,64	383 844,56

8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2023		2022	
		Fundos Patrimoniais	Demonstração de Resultados	Fundos Patrimoniais	Demonstração de Resultados
ISS, IP	Não Reembolsável		259 034,43		246 683,39
ISS, IP – Medida excecional Covid	Não Reembolsável		0,00		72,24
IAPMEI	Não Reembolsável		0,00		1 288,00
Total		0,00	259 034,43	0,00	248 043,63

9 Benefícios dos empregados

O órgão diretivo é composto por 5 elementos. A instituição contou, em média, com 23 colaboradores no exercício de 2023 e 2022.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao pessoal	267 046,62	273 733,96
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	58 701,99	60 098,52
Seguros de Acidentes no Trabalho	2 884,33	4 600,41
Outros Gastos com o Pessoal	620,15	1 378,12
Total	329 253,09	339 811,01

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Créditos a receber

A rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	899,83	1 028,38
Total	899,83	1 028,38

11.2 Outros ativos correntes

Esta rubrica tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos a fornecedores	995,93	4 038,93
Devedores por acréscimos rendimentos		
Outros acréscimos de rendimentos	32,45	2,24
Outros devedores	4 547,64	4 047,66
Total	5 576,02	8 088,83

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1 252,36	888,61
Outras despesas diferidas	231,56	480,87
Total	1 483,92	1 369,48
Rendimentos a Reconhecer		
Seguros	0,00	24,41
ISS – Apoio Extraordinário 2023	0,00	4 606,73
ISS – Adiantamento Atualização 2023	0,00	6 169,35
ISS – Adiantamento Atualização 2024	6 995,97	0,00
Total	6 995,97	10 800,49

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	3 690,08	5 411,58
Depósitos à Ordem	21 642,37	53 655,96
Total	25 332,45	59 067,54

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2023:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados Transitados	- 797 334,95	638 695,01		158 639,94
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 946,33		2 946,33	0,00
Total	- 794 388,62	638 695,01	2 946,33	158 639,94

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c		
Fornecedores	13 133,68	18 966,14
Total	13 133,68	18 966,14

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
IVA - restituição	409,11	1 463,46
Total	409,11	1 463,46
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	1 757,30	3 193,00
Segurança Social	6 574,17	12 525,75
Outros (FCT e FGCT)	0,00	71,94
Total	8 331,47	15 790,69

11.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
	Corrente	Corrente
Adiantamentos de utentes	0,00	1 300,00
Credores por Acréscimo de Gastos	55 906,62	58 538,30
Remunerações a Liquidar	50 234,29	51 144,70
Outros Acréscimos de gastos	5 672,33	7 393,60
ISS – Reposição dotações	8 768,77	10 444,47
Outros Credores	0,00	387,00
Total	64 675,39	70 669,77

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	259 034,43	248 043,63
Subsídios de Outras Entidades – CSS Povo Portuense	0,00	600,00
Doações e heranças - donativos	34 515,07	21 670,05
Total	293 549,50	270 313 68

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

Os géneros alimentares, doados pelo Banco Alimentar (16 780,53€), foram considerados na conta 753 – Doações e Heranças.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Serviços especializados	41 160,28	49 737,72
Materiais	12 861,79	10 004,85
Energia e fluídos	75 494,99	70 862,18
Deslocações, estadas e transportes	1 890,00	1 716,10
Serviços diversos	22 650,24	24 279,98
Encargos com Utentes	126 402,62	96 455,27
Total	280 459,92	253 056,10

11.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos suplementares	3 326,82	398,66
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	669 396,51
Correções relativas a períodos anteriores	400,00	147,92
Imputação de subsídios ao investimento	2 946,33	5 892,63
Indemnizações seguros	0,00	15,40
Total	6 673,15	675 851,12

11.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	30,00	29,86
Dívidas Incobráveis - Utentes	0,00	1 436,70
Correções relativas a períodos anteriores	89,95	2 664,39
Quotizações	534,00	432,00
Outros	0,00	519,24
Total	653,98	5 082,19

11.13 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2023 e 2022 ganhos e perdas do "justo valor" no seguinte investimento financeiro:

Descrição	2023	2022
FCT – Fundo Compensação Trabalho	0,00	8,29
Total	0,00	8,29

11.14 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2023	2022
Outros investimentos Financeiros		
FCT – Fundo Compensação do Trabalho	4 471,92	4 268,35
Participações de capital - Centuris	250,00	250,00
Total	4 721,92	4 518,35

11.15 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2023, foi o seguinte:

Estrutura Residencial: 30

Centro de Dia: 14

Serviço de Apoio Domiciliário: 31

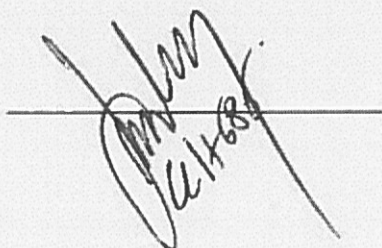
11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado



A Direção

